

Artigo

Gestão pública e agenda ambiental 2030: a dialética dos enfoques teóricos no cenário brasileiro

Public management and environmental agenda 2030: the dialectic of theoretical approaches in the brazilian scenario

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho¹, Isabel Lausanne Fontgalland², Jefferson Carneiro de Barros³, Júlio César Almeida Chagas⁴, Rafael de França Paashaus⁵ e Vanei Pimentel Santos⁶

¹Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: angela@servidor.uepb.edu.br;

²Pós-Doutora em Economia pela Ohio University – Athens, Ohio / EUA. E-mail: isabel.fontgalland@ufcg.edu.br;

³Doutorando em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: jefferson.carneiro@professor.ufcg.edu.br;

⁴Mestrando em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: jc.cesarchagas@gmail.com;

⁵Mestrando em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: rafaelpaashaus@gmail.com;

⁶Doutorando em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: vanei.santos@ebserh.gov.br.

Submetido em: 01/11/2024, revisado em: 07/12/2024 e aceito para publicação em: 02/01/2025.

Resumo: Na Gestão Pública, os enfoques teóricos sobre a gestão ambiental perpassam pela análise das significações atribuídas aos processos decisórios e sua correlação com a Agenda 2030. Este estudo apresenta uma síntese sobre as formas de concretização da Agenda 2030 no Estado Brasileiro. Trata-se de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, na qual foi realizada Revisão Sistemática da Literatura para investigar as principais publicações científicas nacionais relacionadas à Agenda Ambiental 2030 sob a perspectiva da Gestão Pública. O levantamento de dados foi realizado através de consultas ao repositório da biblioteca virtual Scopus e posteriormente analisados a partir da bibliometria, utilizando o software VOSviewer para complementar a análise. Foram encontrados 64 trabalhos, que após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultaram em 04 artigos que foram considerados para análise, por atenderem ao escopo da pesquisa. Observou-se que no contexto brasileiro, devido às características intrínsecas da diversidade territorial e social, a dialética envolvendo Gestão Pública e agenda ambiental torna-se um desafio. As experiências trazem iniciativas exitosas e sinalizam que muito ainda há de se avançar para um efetivo envolvimento dos diversos atores públicos, na busca da conciliação de interesses e perspectivas comuns em prol da proteção ambiental e o bem-estar da sociedade, o que poderá ocorrer na adoção de um visão transdisciplinar, que integre diferentes campos do saber, fomentando iniciativas que garantam e preservem a interdependência dos sistemas sociais e naturais, alicerçados na Agenda Ambiental 2030.

Palavras-chave: Gestão Pública; Agenda Ambiental; Políticas Públicas.

Abstract: In public management, theoretical approaches to environmental management include an analysis of the meanings attributed to decision-making processes and their correlation with the 2030 Agenda. This study presents a synthesis of the ways in which the 2030 Agenda is implemented by the Brazilian state. This is exploratory research, with a qualitative approach, in which a Systematic Literature Review was carried out to investigate the main national scientific publications related to the 2030 Environmental Agenda from the perspective of Public Management. The data was collected by consulting the repository of the Scopus virtual library and then analyzed using bibliometrics, using the VOSviewer software to complement the analysis. A total of 64 papers were found, which, after applying the inclusion and exclusion criteria, resulted in 4 articles that were considered for analysis, as they met the scope of the research. It was observed that in the Brazilian context, due to the intrinsic characteristics of territorial and social diversity, the dialectic involving Public Management and the environmental agenda becomes a challenge. The experiences show successful initiatives and indicate that much progress still needs to be made in order to effectively involve the various public players, in order to reconcile common interests and perspectives in favor of environmental protection and the well-being of society, which could occur through the adoption of a transdisciplinary vision that integrates different fields of knowledge, fostering initiatives that guarantee and preserve the interdependence of social and natural systems, based on the 2030 Environmental Agenda.

Keywords: Public Management; Environmental Agenda; Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

Os diversos enfoques teóricos sobre a gestão ambiental perpassam pela análise das significações

atribuídas aos processos decisórios no campo das ciências ambientais. Para tanto, a dialética, método de argumentação que se originou na Grécia antiga, demonstra-se essencial, pois consiste em identificar as contradições

em um raciocínio, analisando-as para negar sua validade e, assim, construir uma nova compreensão que as supere. Nesse sentido, autores contemporâneos como Leff (2022), argumentam que uma gestão ambiental eficaz exige uma abordagem dialética, que reconheça as tensões inerentes entre desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ecológica, buscando um equilíbrio dinâmico e contextualizado. Tal metodologia pode, portanto, elucidar a complexa correlação entre Gestão Pública e Agenda 2030, através da análise dos enfoques teóricos contemporâneos.

A terminologia Gestão Pública engloba uma área interdisciplinar que associa teoria e prática na busca de atos administrativos eficientes. Tem em sua essência a aplicação de princípios que envolvem a organização, planejamento, direção e controle na prestação de serviços públicos e implementação de políticas que visem atingir objetivos comuns e a destinação de recursos para atender as demandas sociais (Portela; Nobre, 2024).

Dessa forma, para envolver a perspectiva ambiental nos processos decisórios é necessário que nos atos administrativos haja a implementação de políticas públicas e alocação de recursos, que considerem os princípios do desenvolvimento sustentável, com envolvimento da sociedade civil e instituições educacionais, que através da educação ambiental poderão impactar no comportamento da população (Dos Santos; Vicente, 2022).

A preocupação da Gestão Pública com a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico e a preservação da qualidade do meio ambiente é evidenciada com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei 6.938/81, que estabelece definições legais sobre o meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais (Brasil, 1981). Além disso, na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente é apresentado como um bem de uso comum e de direito de todos os povos, sendo um elemento indispensável no processo de interação social, cabendo ao poder público e a coletiva a responsabilidade de preservá-lo e defendê-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Cabe à Gestão Pública o disparar de processos fiscalizatórios que atendam os postulados expostos na carta magna e que estejam de acordo com os princípios elencados na Agenda 2030, já que para a implementação de políticas ambientais é indispensável a superação de desafios que possibilitem o crescimento econômico eficiente, a preservação ambiental equilibrada e a igualdade social inclusiva.

Nesse sentido, para atender a tais postulados, foi criada, em substituição à Agenda 2021 e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030, que expõe um conjunto de diretrizes e Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) visando orientar as ações governamentais, do setor privado e da sociedade em geral (ONU, 2017).

No campo da Gestão Pública, corroborando com a Agenda 2030, os ODS ressaltam a necessidade de constituir ferramentas gestoras, a nível nacional e local, com construção de políticas e instrumentos de orçamento, monitoramento e avaliação de um planejamento que aponte

para o caminho do desenvolvimento sustentável, inclusivo e em harmonia com o meio ambiente, respeitando a resiliência ambiental e as particularidades dos recursos naturais (Mattioli, 2021).

O presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender as dimensões do desenvolvimento sustentável através de investigação que apresente o estado da arte das publicações brasileiras sobre a correlação entre Gestão Pública e Agenda 2030. Para tanto, objetiva-se apresentar levantamento bibliométrico que permita a síntese do conhecimento sobre as formas de concretização da Agenda 2030 no Estado Brasileiro. Tal pressuposto não se apresenta como fim, mas meio, que instigue a produção acadêmica com enfoque teórico-metodológico embasado na busca de produções que ampliem os olhares dos pesquisadores na área da interdisciplinaridade em ciências ambientais, com análise crítica e produção de argumentos que entrelaçam os debates a nível nacional, contribuindo com a superação da ineficiência estatal que impacta negativamente no concretizar de ações públicas que visam solucionar as principais problemáticas ambientais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter exploratório e adota uma abordagem qualitativa, com o intuito de realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) para investigar as principais publicações científicas nacionais relacionadas à Agenda Ambiental 2030 sob a perspectiva da Gestão Pública. A revisão sistemática da literatura é uma modalidade de pesquisa que segue protocolos rigorosos para analisar um grande conjunto de documentos, verificando o que funciona ou não em um determinado contexto. Sua ênfase está na reprodutibilidade, apresentando de forma clara as bases de dados utilizadas, estratégias de busca, critérios de inclusão e exclusão, e o processo de análise dos artigos selecionados (Galvão; Ricarte, 2020).

O levantamento de dados em pesquisa científica qualitativa é entendido como um conjunto estruturado de métodos que busca apreender as nuances e subjetividades de um fenômeno. Esse procedimento utiliza diferentes fontes relevantes, como bases de dados, entrevistas, observações e análise de documentos. Para além de coletar informações, ele exige uma interpretação contextualizada, com o objetivo de gerar uma compreensão detalhada e significativa sobre o objeto de estudo (Creswell; Poth, 2018; Flick, 2022). Na ótica de Taylor, Bogdan e De Vault (2016), "a pesquisa qualitativa é indutiva, desenvolve conceitos, insights e entendimentos a partir de padrões nos dados, em vez de coletar dados para avaliar modelos, hipóteses ou teorias preconcebidas". Partindo dessa conceituação, desenvolvemos este estudo visando compreender, através da RSL, quais os enfoques teóricos têm sido abordados pela Gestão Pública no Brasil em consonância com a Agenda ambiental 2030.

O procedimento de levantamento de dados foi realizado com base em consultas ao repositório da biblioteca virtual Scopus, uma plataforma amplamente reconhecida por sua abrangente indexação de periódicos acadêmicos de alta qualidade em diversas áreas do conhecimento. A Scopus, desenvolvida para atender às necessidades de pesquisadores de diferentes campos, oferece acesso a uma vasta coleção de artigos, revisões e outros tipos de publicações científicas, abrangendo áreas como ciências naturais, sociais, exatas e ambientais. Nessa perspectiva, a escolha dessa base se justifica pela sua relevância e confiabilidade na disponibilização de informações atualizadas e relevantes para a área de ciências ambientais, na qual se insere o objeto de estudo deste trabalho. Somado a isso, o uso dessa plataforma possibilitou a aplicação de critérios rigorosos de busca e seleção, garantindo que os dados coletados fossem consistentes com os objetivos da pesquisa e contribuam significativamente para a fundamentação teórica e metodológica desse trabalho. Nas palavras de Bowen (2009), o uso de bases como a Scopus, torna-se fundamental adotar estratégias claras de busca e seleção, alicerçadas por critérios robustos de relevância e atualidade, para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados.

O protocolo adotado na RSL abrangeu os seguintes pontos: conjunto de questões de pesquisa, as bases de dados usadas (repositórios de artigos), as palavras-chave da pesquisa (strings de busca), um conjunto de critérios de inclusão e exclusão, o método de extração de dados e a análise dos dados (Derneval;

Coelho; Bittencourt, 2020).

Nesse contexto, a busca para obtenção dos dados primários foi realizada no dia 03/06/2024, a partir dos seguintes descritores: “public management” AND “environmental management”, retornando inicialmente 64 estudos. Em seguida, foram aplicados os seguintes filtros: 1) recorte temporal contemplando os últimos 5 anos de publicação; 2) área temática, abrangendo: Ciências ambientais, Ciências sociais, Economia, Econometria e Finanças e Ciências da terra e planetárias; 3) tipo de documento: apenas artigos; 4) idioma, se restringindo ao português em razão do escopo da pesquisa; 5) artigos exclusivamente de acesso livre. Após a aplicação dos filtros estabelecidos, a estratégia de busca restringiu os resultados a 4 artigos.

A análise dos dados foi realizada a partir de um levantamento bibliométrico, utilizando o software VOSviewer para complementar a análise qualitativa, cujo protocolo para obtenção dos dados secundários está descrito no Quadro 1.

A bibliometria é uma área de pesquisa da ciência da informação que utiliza-se de uma abordagem quantitativa para analisar dados bibliográficos como ano de publicação, atuação de países, periódicos, autores, dentre outros (Pimenta et al., 2017; Merigó et al., 2018).

Dessa forma, a análise bibliométrica utilizada neste estudo com base no protocolo adotado teve o intuito de mensurar a produção acadêmica com base nos dados secundários obtidos, objetivando subsidiar a previsão de cenários a partir da contextualização, análise e interpretação das evidências fornecidas.

Quadro 1 – Critérios de análise dos resultados aplicando a ferramenta VOSviewer

Etapas	Objetivo
1) Descrição geral	Avaliar o volume da produtividade selecionada ao longo dos anos considerados no estudo
2) Autores	Identificar os autores mais produtivos Identificar os autores mais citados
3) Artigos	Identificar as palavras-chave mais empregadas nos artigos selecionados Identificar a rede de citações dos artigos mais citados
4) Estudos futuros	Análise das relações e tendências

Fonte: Adaptado de Prado *et al.* (2016)

RESULTADOS

Utilizando-se a base de dados eletrônicos da Biblioteca Virtual Scopus, a partir dos descritores com o respectivo operador booleano: “public management”

AND “environmental management”, foram relacionados inicialmente 64 trabalhos e, após a aplicação dos filtros, 04 artigos foram considerados para análise, atendendo ao escopo da pesquisa.

Quadro 2 - Artigos objeto de estudo após aplicação dos filtros na base de dados.

Título	Autor	Periódico
Licitações sustentáveis: limites, possibilidades e avanços	Souza <i>et al.</i> (2022)	Revista Catalana de Dret Ambiental (RCDA)
Responsabilidade e consciência ambiental: uma análise da atuação do governo e da comunidade em um município alagoano	Macêdo <i>et al.</i> (2021)	Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)
Gestão socioambiental nas grandes cidades: Por que olhar do Brasil para as iniciativas das megalópoles indianas?	Mercher (2019)	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana
O uso do geoprocessamento como ferramenta de gestão municipal – estudo de caso: Município de Jesuânia/MG	Welerson <i>et al.</i> (2019)	Anuário do Instituto de Geociências

Abaixo, apresentam-se os resultados referentes à Análise da Frente de Pesquisa (Research front) e Análise da Base Intelectual (Intellectual base).

Frente de Pesquisa (Research front)

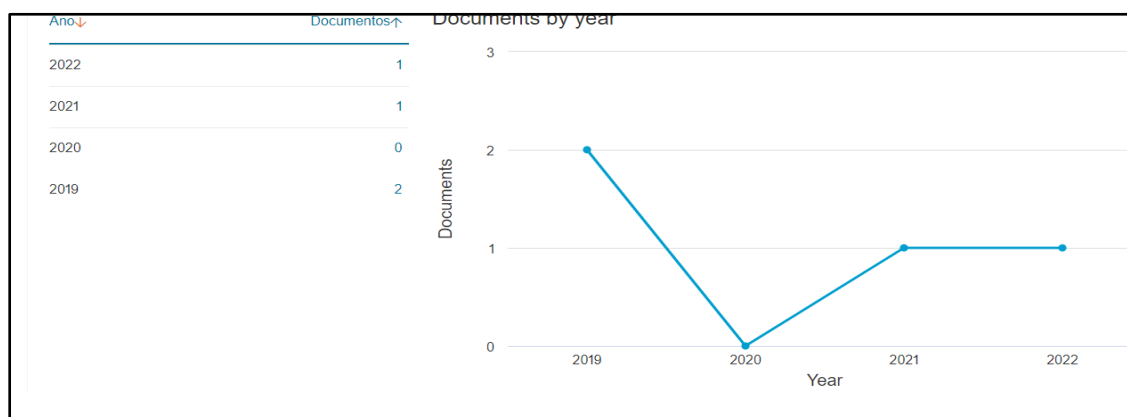
Na frente da pesquisa apresenta-se uma análise dos trabalhos em conjuntos, destacando-se, para efeito deste estudo, o volume temporal das publicações,

citações dos artigos, palavras-chaves e áreas temáticas a partir da base Scopus. Como os critérios de busca se restringiram a publicações nacionais, a variável país de publicação não foi considerada para efeito de análise.

Volume de publicações sobre o tema no período de 2019 - 2024

Buscou-se verificar as tendências temporais de publicação a nível nacional, mostrando-se a frequência de publicações por ano, conforme disposto na figura 1 abaixo:

Figura 1 - Tendência temporal de publicações nacionais.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Conforme a figura 1, considerando a base de dados consultada e o intervalo temporal das publicações, verifica-se um número restrito de trabalhos científicos a nível nacional, correlacionando “gestão pública” e “gestão ambiental”. O ano de 2019 foi o que apresentou maior tendência no número de artigos publicados (2 artigos). Observa-se, ainda, uma tendência de decréscimo anual de publicações sobre esta temática, com ocorrência de apenas um artigo nos anos de 2021 e 2022, o que traz reflexos sobre a amplitude do alcance dessas informações no âmbito da Gestão Pública e da sociedade.

Demonstra-se, assim, o quanto essa temática precisa ser melhor explorada na academia, por gestores e pelos demais setores da sociedade, de forma a ampliar as discussões nos ambientes de produção do saber e no contexto da interdisciplinaridade.

Os estudos avaliados apresentaram abordagens que contemplaram enfoques teóricos voltados para contratações públicas sustentáveis, gestão socioambiental, responsabilidade e consciência ambiental e gestão municipal.

A pesquisa de Souza et al. (2022) teve como objetivo analisar as licitações sustentáveis, seus pressupostos normativos, possibilidades e limites. Para tal os autores se valeram de levantamento teórico-bibliográfico e abordagem epistemológica hermenêutico-dialética, realizando a interpretação de normas e experiências sobre licitações sustentáveis objetivando uma apreensão mais ampla que aponte para os limites, possibilidades e avanços dessa temática. Essa pesquisa relaciona-se com o objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) nº 12, previsto pela Agenda 2030, proposta pela ONU, que visa promover

práticas de compras públicas sustentáveis, em conformidade com as políticas e prioridades nacionais. Como resultados, a pesquisa demonstra a falta de decisões políticas mais assertivas que busquem implementar as licitações sustentáveis de forma mais natural. Constata-se que as práticas que buscam a eficiência e o uso de produtos e recursos naturais ainda estão sendo adotadas de forma gradual, no entanto, os avanços alcançados já são significativos.

Estudo realizado por Macêdo et al. (2021) objetivou descrever a responsabilidade e a consciência ambiental com base na participação de dois atores sociais: os governos municipais e a comunidade local do município de Viçosa, Alagoas. Para obtenção dos dados, os autores aplicaram aos gestores municipais da área ambiental uma entrevista semiestruturada, e questionários para 385 membros da comunidade local. Ao avaliar a participação da comunidade local, foi demonstrado pelo estudo que muitos dos cidadãos não possuíam consciência da necessidade do cuidado com o meio ambiente. Do ponto de vista do setor público, apesar dos gestores relatarem o papel da gestão municipal e sua atuação, foram apontados por estes necessidades de aprimoramento na sua atuação. De acordo com os autores, a responsabilidade ambiental para ser efetiva, deve ter a participação de ambos os atores sociais, de forma a garantir a preservação do meio ambiente para a atual e futuras gerações, sendo necessário a formulação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente de forma a se desenvolver ações de conscientização envolvendo tanto os gestores, quanto a comunidade.

Mercher (2019) analisou os modelos de Gestão Pública de cidades indianas que possuem realidades socioambientais similares às cidades brasileiras em desenvolvimento. O estudo relacionou no cenário do

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul o potencial das três maiores cidades indianas: Mumbai, Déli e Bangalore em contribuir com a difusão de suas políticas públicas para a melhoria das grandes cidades brasileiras por possuírem fatores em comum com estas, a exemplo do clima tropical, favelização, corrupção pública, alta densidade demográfica e assimetrias sociais. A hipótese levantada pelo estudo é que a realidade indiana está mais próxima da brasileira que as realidades europeias ou chinesa. Para validar a hipótese o autor se pautou na análise de dados econômicos, demográficos, sociais e ambientais de fontes governamentais, de organismos internacionais, como PNUD, UN-Habitat e Banco Mundial no período de 2000 a 2010 e também dos maiores think tanks do Brasil em Relações Internacionais: CEBRI e BRICS Policy Center. Esse trabalho se relaciona com o ODS nº 11 - Cidades Sustentáveis, que tem como foco criar cidades inclusivas, sustentáveis e justas. Os resultados evidenciaram que os desafios das grandes cidades indianas e brasileiras são semelhantes, no entanto, há pouca disponibilidade de material no idioma português nos think tanks que recomendam as experiências exitosas aos gestores públicos brasileiros.

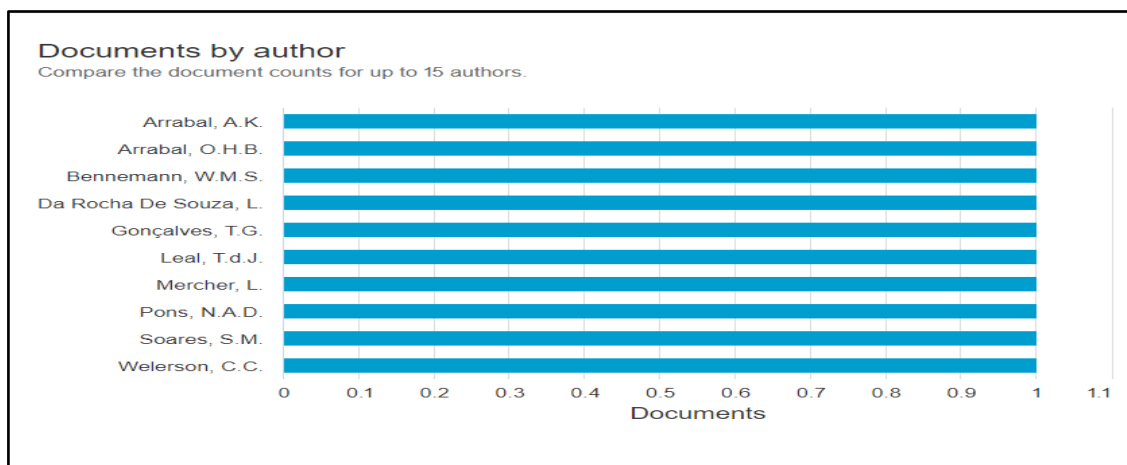
Welerson et al. (2019), apontam em seu estudo que a partir do reconhecimento das características, necessidades e fragilidades locais é que a administração

poderá otimizar as ações públicas e o melhor direcionamento dos recursos. Nesse sentido, o estudo objetivou o uso das ferramentas de geoprocessamento por satélite no município de Josuânia, Minas Gerais, com o intuito de correlacionar os dados espaciais à realidade da região, de forma a subsidiar as decisões da gestão municipal. Segundo os autores, com a aplicação da ferramenta foi possível se gerar mapas básicos e temáticos, envolvendo variáveis como: classes de solo, altitude, declividade, suscetibilidade à erosão, uso e ocupação do solo, aptidão para atividades agropecuárias e para instalação de aterro sanitário, ficando demonstrado pelo estudo a eficácia do uso desta ferramenta para mapeamento territorial como fonte adicional de informações para os gestores para o alcance das premissas estabelecidas nos ODS.

Volume de citações por autor

A Figura 2 destaca os autores citados nos artigos pesquisados no período analisado. Observa-se que a frequência de ocorrência de citação entre os autores se mantém a mesma, independente do periódico de publicação do artigo, o que pode ser justificado pelo baixo número de publicações obtido no período considerado.

Figura 2 - Citação de autores por artigo no período estudado.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Rede de palavras-chaves

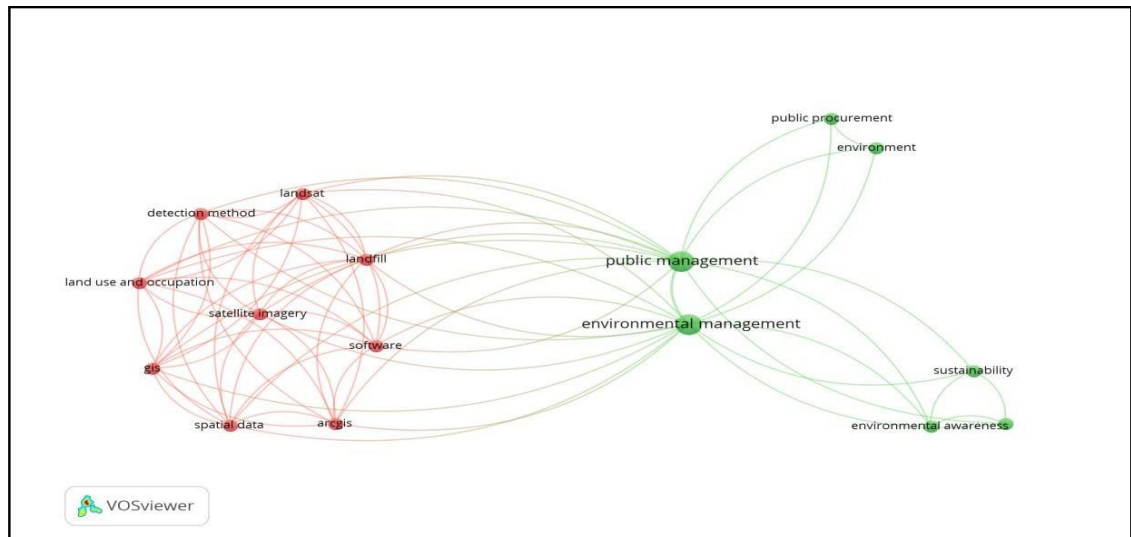
A análise das palavras-chaves mais fortes pode fornecer um panorama do campo de análise. A figura 3 apresenta as palavras-chaves dos autores principais, bem como a visualização da rede das palavras-chaves mais fortes.

A partir da análise das palavras-chaves, evidenciou-se dos 4 artigos analisados um total de 16 palavras-chaves, sendo as palavras “public management” e “environmental management” as que mais se sobressaíram.

O tamanho das letras e dos círculos indicam o número de ocorrências, ou seja, representam os termos mais

populares. A distância entre as palavras-chave demonstra os links de coocorrências, ou seja, palavras-chaves mais próximas indicam parentesco mais próximo entre elas. Desse modo, pode-se observar menor distância entre os termos public management (gestão pública), environmental management (gestão ambiental), public procurement (procuração pública) e environment (ambiente), termos estes que estão ligados a pesquisas científicas mais amplas sobre a temática a nível internacional.

Figura 3 - Rede de palavras-chave dos artigos pesquisados.

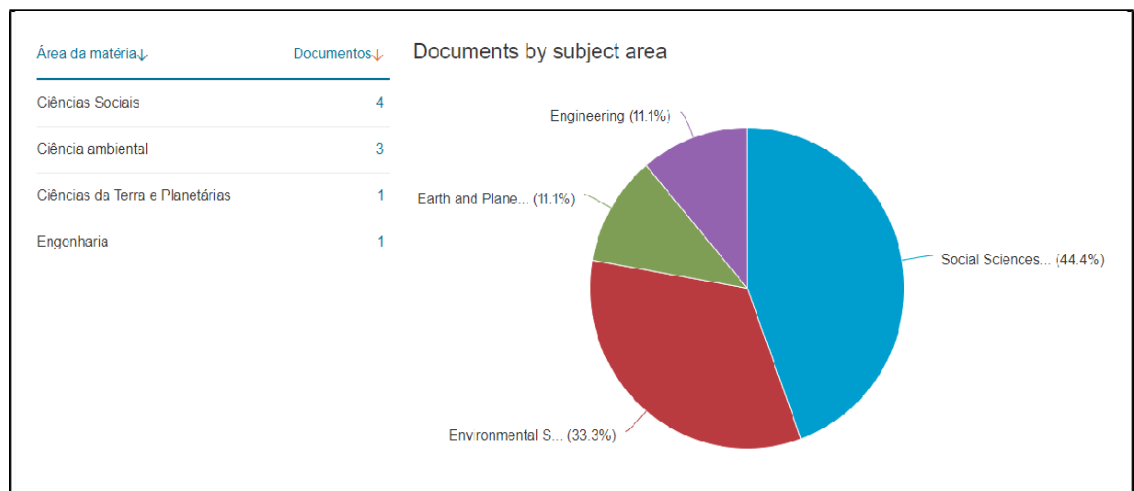


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Publicação de artigos por área temática

Os dados apresentados na Figura 4 permitem inferir que o termo “social science” (ciências sociais) foi utilizado em 44,4% nos trabalhos quando se trata de publicações envolvendo a temática do estudo, seguido de “environmental science” (ciência ambiental), com 33,3% das ocorrências.

Figura 4 - Publicação de periódicos por área temática dos artigos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

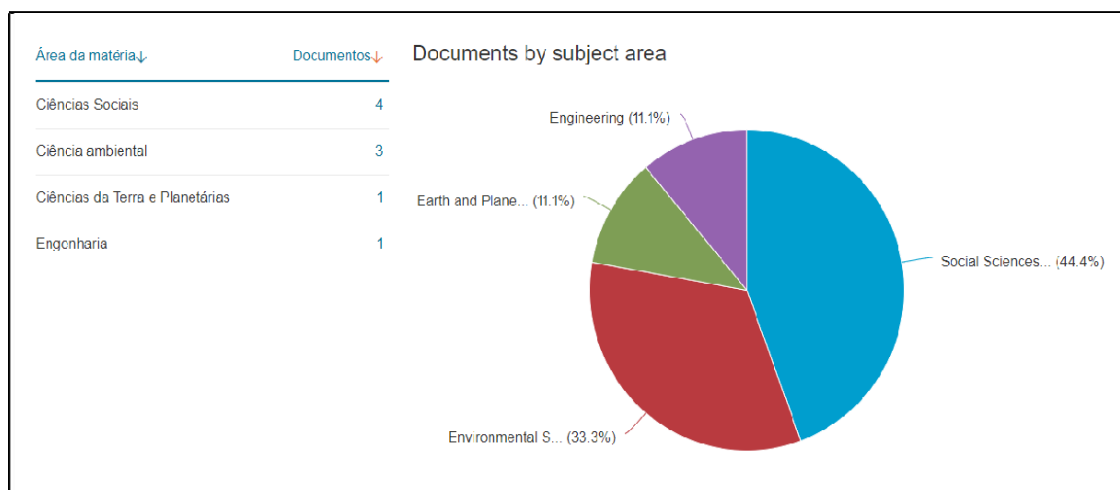
Base Intelectual (Intellectual base)

Na Base intelectual busca-se apresentar as obras mais citadas dentre os 4 trabalhos analisados, bem como a autoria completa e frequência de citações das obras mais referenciadas.

Rede de citações dos artigos (referências citadas)

Quanto aos trabalhos mais relevantes, conforme a contagem de citações realizada na própria amostra, 5 (cinco) autores aparecem no clusters da figura 5 com cocitação entre eles. Tal fato justifica-se em decorrência dos poucos trabalhos em idioma português publicados sobre a temática, dificultando uma análise mais ampla. Com base na figura, cada autor aparece com 4 cocitações.

Figura 5 - Rede de cocitação dos artigos citados no conjunto dos artigos estudados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

DISCUSSÃO

Através dos artigos encontrados, observa-se que a Gestão Pública brasileira, no contexto da Agenda Ambiental 2030, precisa lidar com a complexa interação de diferentes enfoques teóricos para a construção de políticas ambientais eficazes. Essa tarefa se torna ainda mais desafiadora em face da crise ambiental global e da necessidade de integrar as dimensões social, econômica e ambiental. Autores contemporâneos, como Bruno Latour, exploram a relação entre ciência, política e sociedade, demonstrando a necessidade de uma "nova política da natureza" que reconheça a interdependência entre humanos e não-humanos (Latour, 2018). Essa visão encontra ressonância em Donna Haraway, que propõe uma "ciência feminista" que desconstrua as hierarquias e as opressões que permeiam a relação do homem com a natureza (Haraway, 2016).

A Gestão Pública brasileira, em seu compromisso com a Agenda Ambiental 2030, enfrenta um desafio crucial: conciliar a complexa teia de enfoques teóricos que moldam as políticas ambientais. Nesse sentido, o desenvolvimento acentuado e a crescente demanda por serviços públicos mais acessíveis e comunicativos impõem à gestão pública o desafio de repensar suas práticas. Essa necessidade dessa adaptação a novas estratégias e às demandas atuais, embora complexa e desafiadora (Fariniuk, 2020), é crucial para uma gestão pública eficiente e alinhada com as necessidades da sociedade. Integrada à Agenda Ambiental e às políticas de gestão pública, a educação assume um papel central na capacitação dos cidadãos para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Essa perspectiva encontra eco em Michel Foucault, que problematiza o poder e as relações de saber-poder que permeiam a construção de políticas públicas, alertando para a necessidade de uma gestão participativa e democrática (Foucault, 1979).

Várias são as abordagens teóricas na Gestão Pública, de forma que a abordagem tecnocrática, defendida por autores como Anthony Giddens, busca soluções pragmáticas e eficientes para os problemas ambientais, priorizando a gestão de riscos e a aplicação de tecnologias de ponta (Giddens, 1998). No entanto, essa perspectiva pode ser criticada por desconsiderar as nuances sociais e culturais que influenciam a relação do homem com o meio ambiente, como argumenta James Lovelock, com sua teoria de Gaia, que destaca a interdependência entre os sistemas naturais e a necessidade de uma visão holística para a gestão ambiental (Lovelock, 2000). Já a dialética entre esses enfoques, no contexto brasileiro, se torna ainda mais complexa pela diversidade territorial e social, pela presença de diferentes atores com interesses e perspectivas divergentes. Roberto Unger, com sua teoria da "consciência crítica", defende uma ruptura com as estruturas de poder e a construção de um novo modelo de gestão, capaz de promover a justiça social e a

sustentabilidade ambiental (Unger, 2007).

Para navegar por essa complexidade a partir da análise de enfoques teóricos, a Gestão Pública brasileira precisa, segundo Morin (2000), adotar uma abordagem transdisciplinar, que integre diferentes campos de conhecimento e reconheça a interdependência entre os sistemas sociais e naturais. Somente com uma gestão aberta ao diálogo, à participação e à interdisciplinaridade, será possível construir um futuro sustentável para o Brasil, em consonância com os objetivos da Agenda Ambiental 2030.

Autores como Boaventura de Sousa Santos continuam defendendo a inclusão de saberes tradicionais e populares na gestão ambiental, destacando a importância da justiça ambiental e da descolonização do conhecimento (Santos, 2021). Vandana Shiva, por sua vez, alerta para o papel do agronegócio na intensificação da crise ambiental e da desigualdade social, defendendo modelos de produção agroecológicos como alternativas (Shiva, 2019). Tal perspectiva corrobora com a necessidade de uma Gestão Pública mais participativa e democrática, em linha com a Agenda 2030, é também enfatizada por Naomi Klein, que defende a desobediência civil e a ação direta como mecanismos para pressionar por mudanças estruturais e combater o modelo econômico dominante (Klein, 2014). Essa perspectiva ecoa em Greta Thunberg, que, com seu movimento "Fridays for Future", mobiliza jovens em todo o mundo a pressionar por ações climáticas urgentes (Thunberg, 2019).

Partindo do enfoque teórico no contexto nacional, no cenário brasileiro, autores como José Eli da Veiga, especialista em desenvolvimento sustentável, argumentam pela necessidade de uma estratégia integrada para a gestão ambiental, que leve em conta os desafios da transição para uma economia verde e a justiça social (Veiga, 2018). Adalberto Oliveira, estudioso do desenvolvimento regional, destaca a importância de integrar as dimensões socioambientais e socioeconômicas no planejamento territorial e na Gestão Pública (Oliveira, 2020).

A Gestão Pública brasileira precisa se adaptar a essa nova realidade, buscando integrar diferentes perspectivas e construir um modelo de gestão ambiental que atenda aos desafios do século XXI. Outrossim, a busca por soluções inovadoras, a participação social e o diálogo interdisciplinar são cruciais para a concretização da Agenda Ambiental 2030 e para a construção de um futuro sustentável para o Brasil. Nesse esteio, sopesando os conceitos e reagindo aos problemas ambientais decorrentes do uso indisciplinado dos recursos naturais existentes no planeta e da constatação dos prejuízos causados pelos padrões de consumo vigentes, há a necessidade de desenvolver modelos de gestão administrativos que considerem, além dos indicadores de eficiência econômica, a preservação da sustentabilidade ambiental, cabendo ao Poder Público e à coletividade repensar a sua relação com o meio ambiente, de modo a incorporar práticas sustentáveis nos seus processos (Biage; Calado, 2015).

Na esfera Nacional, o Brasil como signatário da Agenda 21 Global e de Declarações e Protocolos Internacionais, envolve-se na adoção de uma conduta ambientalmente responsável, mediante a inserção da questão na Gestão Pública e a promulgação de leis resolutivas, de forma que a sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental sejam vetores de políticas e programas de governo voltados à proteção do meio ambiente e à digna qualidade de vida (Araújo, 2018).

Autores como Adjei-bamfo, Maloreh-nyamekye e Ahenkan (2019) pontuaram ainda que as práticas de compras públicas estão sendo revistas de acordo com os resultados do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, como a promoção da justiça social, a sustentabilidade ambiental e a minimização das desigualdades econômicas, funcionando como parte dos esforços globais para promover o desenvolvimento sustentável. Em complementaridade, Erdmenger (2003) afirma que os contratos públicos poderiam utilizar seu poder de compra para desenvolver mercados para produtos mais sustentáveis que, de outra forma, não poderiam emergir.

As atividades do Programa A3P respaldam-se nas orientações e nos princípios da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001/2005 – Sistema de Gestão Ambiental – que delimita orientações para uso, cabendo, a cada instituição, desenvolver a sua própria agenda, conforme suas peculiaridades (ABNT, 2005). A plataforma virtual Ressoa permite o monitoramento das ações voltadas à gestão socioambiental, ao passo que acompanha metas e consolida informações, através da compilação dos dados e possibilita o envio do Relatório Técnico. O uso da ferramenta elimina a necessidade de relatórios físicos, gerando assim, economia e sustentabilidade nos processos da A3P (BrasiL/MMA, 2018).

A Gestão Ambiental combina técnicas e conhecimentos sobre como encontrar soluções e opções para manter o equilíbrio ambiental e reduzir o uso racional dos recursos ou recuperar problemas ambientais. Sua aplicação visa o planejamento e administração de atividades econômicas e sociais, além da obediência às leis ambientais (Alcântara et al., 2012). Tal contexto evidencia que a Gestão Ambiental vem ampliando sua importância diante do atual quadro de degradação ambiental. Conforme Oliveira, Dos Santos e Cabral (2021), há um avanço e a temática é tratada enquanto gestão socioambiental, a qual vem recebendo destaque e requer mudanças em práticas e atitudes, formando novos

modos de atuação nos mais variados formatos das organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Maruyama, Trigo e Trigo (2022) frisam que o homem e as organizações lucrativas devem mudar o modo como enxergam os recursos ambientais em termos de produção e consumo, refletindo sobre a natureza e a utilização consciente de produtos que prejudiquem o ambiente, resultando assim em uma maior responsabilidade socioambiental.

Almeida et al. (2022) acrescentam que a gestão ambiental fortalece ações de planejamento, direção, e uso de recursos, em prol de contribuir positiva e efetivamente com o meio ambiente. Seguindo essa linha de pensamento, Oliveira, Dos Santos e Cabral (2021) complementam que “a gestão socioambiental emerge nas organizações para ajudar, prevenir, ou, ainda, resolver problemas, determinando políticas e responsabilidades”. Assim, considerando a relevância da gestão socioambiental, torna-se válido destacar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a qual busca a eficiência na Gestão Pública ao passo que contribui com a preservação ambiental, especialmente quando o enfoque trata-se de universidade (Oliveira; Dos Santos; Cabral, 2021). Frente a isso, busca-se articular o crescimento econômico da universidade com sua consciência ambiental, criando um laço positivo a longo prazo (Oliveira; Dos Santos; Cabral, 2021).

Almeida et al. (2022) alegam que a A3P busca transpor o discurso para a prática, gerando ações consistentes de uma visão madura e direcionada para a conscientização ambiental. Dessa forma, envolve repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar, os 5 R's, em prol de impactar positivamente questões socioambientais (Almeida et al., 2022). Diante desses desafios observados, Oppliger, Ronda e Oliveira (2020) salientam a interdependência dos eixos ambientais, sociais e econômicos como base para a sustentabilidade e consequente proteção para os futuros seres humanos, avaliando também que o desenvolvimento sustentável procura considerar demandas sociais sem prejudicar o meio. Com o mesmo pensar, Bispo (2020) observa que o desenvolvimento econômico e socioambiental devem possuir focos alinhados para que haja equilíbrio entre custos e riscos.

O “Relatório Brundtland”, documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento à Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse ato fez com que o termo “desenvolvimento sustentável” fosse se legitimando como um dos maiores desafios desse século, fez com que ele saísse consagrado da Conferência Rio-92 (Veiga; Zatz, 2008). A definição apresentada pelo documento ganhou grande repercussão nos anos 1990 e foi transcrita para português pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento através da Editora da Fundação Getúlio Vargas em 1991, e propõe o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. Portanto, “Ser sustentável é saber utilizar o que a natureza coloca ao dispor do homem sem comprometer a disponibilidade desses recursos para as gerações futuras” (Mandú et al., 2018).

Nota-se a partir das abordagens teóricas, que é de responsabilidade da administração pública adotar práticas e ações que ajudem a sociedade a superar os desafios apresentados atualmente no que diz respeito às questões ambientais, propiciando meios para que os nossos modelos de produção e consumo, bem como os propósitos econômicos, sejam repensados através de estratégias inovadoras que levem em consideração os elementos sociais e ambientais (Brasil, 2020). Atualmente, a sustentabilidade organizacional se apoia no modelo criado por John Elkington em 1994, que propõe que se compreenda a sustentabilidade de uma organização ponderando a perspectiva econômica, ambiental e social. Nesse contexto, segundo Amaral, Stefano e Chiusoli (2018) “para atingir a sustentabilidade, as empresas devem alavancar seus capitais econômico, social, e ambiental, inter-relacionando-os de forma que se influenciam mutuamente, enquanto contribuem para o desenvolvimento sustentável em seu domínio político”.

Logo, observa-se que a Gestão Pública quando visa a equidade e contemplação da Agenda 2030 necessita da superação da perspectiva do desenvolvimento baseado apenas no aspecto econômico, garantindo a existência de modelo que alinhe o crescimento econômico com os princípios do desenvolvimento sustentável, o que pode ocorrer através de ações governamentais e da sociedade visando a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento em suas diversas nuances (Leandro; Neffa; Neffa, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o emprego de métodos bibliométricos partiu de uma amostra inicial de 64 artigos utilizando os descritores “public management” e “environmental management” e teve por objetivo analisar a produção acadêmica no cenário brasileiro acerca da Agenda Ambiental 2030 na perspectiva da Gestão Pública, além de buscar compreender os múltiplos enfoques teóricos e abordagens dos artigos selecionados que embasaram a presente pesquisa bibliométrica.

No contexto brasileiro, devido às características intrínsecas de diversidade territorial e social, a dialética envolvendo Gestão Pública e agenda ambiental torna-se um desafio. As experiências demonstradas na literatura pesquisada, apesar de trazerem iniciativas exitosas, muito ainda há de se avançar para um efetivo envolvimento dos

diversos atores, conciliando interesses e perspectivas comuns em prol da proteção ambiental e o bem-estar da sociedade.

Tal postura necessita de uma visão transdisciplinar, integrando diferentes campos do saber, fomentando iniciativas que garantam e preservem a interdependência dos sistemas sociais e naturais em todo o processo, para se conciliar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, buscando um futuro alicerçado às premissas da Agenda Ambiental 2030.

Como limitação deste estudo podemos elencar: a) a pesquisa contemplou apenas uma base de dados, a Scopus, que apesar de abrangente necessita ser complementada por outras, uma vez que a ampliação na coleta de dados apresenta uma maior diversificação de trabalhos; b) o lócus da pesquisa limitou-se ao Brasil, sendo recomendável, num segundo momento, expandir o número de países/continentes para termos conhecimento do status quo das pesquisas sobre esse tema em nível global.

REFERÊNCIAS

- ADJEI-BAMFO, P.; MALOREH-NYAMEKYE, T.; AHENKAN, A. The role of e-government in sustainable public procurement in developing countries: A systematic literature review. **Resources, Conservation And Recycling**, v. 142, p.189-203, 2019.
- AMARAL, L. A.; STEFANO, S.; ROBERTO, C.; CLÁUDIO, L. Sustentabilidade organizacional na perspectiva do triple bottom line: o caso Itaipu binacional. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1, p. 64- 80, 2018.
- ARAÚJO, S. M. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública - A3P**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Programa de Pós-graduação em Recurso Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018
- BISPO, A. V. P. **Das boas práticas de sustentabilidade nas empresas**. 2020. 23 f. Trabalho de Conclusão de Cursos. (Bacharelado em Direito) - Curso de Direito, Faculdade CESMAC do Agreste, Arapiraca - AL, 2020.
- BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009.
- BRASIL. **Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020**. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>>. Acesso em 04 de jun. de 2024.
- BRASIL/MMA. **Ministério do Meio Ambiente**. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 28 maio. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set., 1981.
- CRESWELL, J. W.; POT, C. N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2018.
- DE ALMEIDA, V. F. et al. Agenda ambiental da administração pública: A3P como instrumento de Educação Ambiental no Instituto Federal do Amazonas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 2, p. 452-473, 2022.
- DOS SANTOS, L. S. S.; VICENTE, V. M. B. Os Atributos da Liderança Sustentável na Percepção dos Gestores Públicos Municipais do Município de Ituiutaba-MG. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/443>. Acesso em: 24 de dez 2024.
- DERMEVAL, D.; COELHO, J. A. P. M.; BITTENCOURT, I. I. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática da educação. In: **Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: uma abordagem quantitativa**. Porto Alegre: MPCEIE, p. 4-26, 2020.
- FARINIUK, T. M. D. Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 860-873, 2020.
- FLICK, U. **An introduction to qualitative research**. 7. ed. London: Sage Publications, 2022.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- GALLARDO-VÁZQUEZ, D.; FOLGADO-FERNÁNDEZ, J. A. Regional Economic Sustainability: Universities' Role in Their Territories. **Land**, v. 9, n. 4, p. 102, 2020.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. **Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2020.
- GIDDENS, A. **A Consequência da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- HARAWAY, D. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016
- KLEIN, N. **This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate**. New York: Simon & Schuster, 2014.
- LATOUR, B. **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity Press., 2018.
- LEFF, E. **Ecología Política: De la deconstrucción del capital a la territorialización de la vida**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

- LOVELOCK, J. **As Idades de Gaia: Uma Biografia do Planeta Terra**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000
- MACÊDO, D. F. et al. Responsabilidade e consciência ambiental: uma análise da atuação do governo e da comunidade em um município Alagoano. **Rev. Gest. Soc. Ambient.**, v. 15, p. 1-17, 2021.
- MANDU, M. J. S.; ALBUQUERQUE, J. L.; CAPANO, M. M. C.; BATISTA, A. S.
Aplicação de diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública: Estudo de caso na Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. In: Editora Poisson. (Org.). **Sustentabilidade e Responsabilidade Social em Foco**. Belo Horizonte: Poisson, 2018, v. 2, p. 6-18. Disponível em:
<<http://poisson.com.br/bs/produto/sustentabilidade-e-responsabilidade-social-em-foco-volume-2/>> Acesso em: 05 de jun. de 2024.
- MARUYAMA, Ú.; TRIGO, A. M. G.; TRIGO, J. A. Governança ambiental: transparência e efetividade de práticas sustentáveis em IES. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5922, 2022.
- MATTIOLI, L. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da escala Local- Barrial. Caso do Bairro "Virgem de Lourdes" em San Juan-Argentina. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20190358, 2021.
- MERCHER, L. Gestão socioambiental nas grandes cidades: Por que olhar do Brasil para as iniciativas das megalópoles indianas?. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. 1-19, 2019.
- MERIGÓ, J. M. et al. Fifty years of Information Sciences: a bibliometric overview. **Information Sciences**, v. 432, p. 245-268, 2018.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.
- OLIVEIRA, A. Desenvolvimento regional sustentável: desafios e perspectivas para o Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2020.
- OLIVEIRA, L. M. S.; DOS SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A. Gestão Socioambiental: Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições Federais de Ensino Superior. **Gestão e Sociedade**, v. 15, n. 41, p. 3984-4012, 2021.
- ONU Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília: Nações Unidas, 2017.
- OPPLIGER, E. A.; RONDA, I. C. B. P. S.; OLIVEIRA, A. K. M. O modelo estrutural da sustentabilidade: uma discussão acerca dos elementos, hierarquia e representação do sistema ambiental. **Paisagem e Ambiente**, v. 31, n. 45, p. e169058, 2020.
- PIMENTA, A. A. et al. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **SCIENTIA: Revista de ensino, pesquisa e extensão**, v. 4, n. 7, 2017.
- PORTELA, M.T; NOBRE, C.K. GESTÃO PÚBLICA: DEFINIÇÃO, PRINCÍPIOS, DESAFIOS E TECNOLOGIAS NA ATUALIDADE. **Revista FT**, v. 28, n. 134, 2024.
- PRADO, J. W. et al. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968-2014). **Scientometrics**, v. 106, n. 3, p. 1007-1029, 2016.
- SANTOS, B. de S. **Para Além do Pensamento Ocidental: A Produção de Conhecimento e a Justiça Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SANTOS, B. de S. **A Reinvenção da Democracia: Para Um Novo Contrato Social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- SOUZA, L. R.; BENNEMANN, W. M. S.; ARRABAL, A. K.; ARRABAL, O. H. B. Licitações sustentáveis: limites, possibilidades e avanços. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, 2022.
- SHIVA, V. **The Violence of the Green Revolution: Third World Agriculture, Ecology and Politics**. London: Zed Books, 2019.
- TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R.; DE VAULT, M. L. **Introduction to Qualitative Research Methods: A Guidebook and Resource**. Wiley, 2016.
- THUBERG, G. **No One Is Too Small to Make a Difference**. New York: Penguin Random House, 2019.
- UNGER, R. M. **O Direito como Conhecimento e a Estrutura da Democracia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.
- VEIGA, J. E. **O Brasil e o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- WELERSON, C. C. et al. O uso do geoprocessamento como ferramenta de gestão municipal – estudo de caso: Município de Jesuânia/MG. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 42, n. 2, p. 395-406, 2019o Paulo: Saraiva, 2012.